

INFRAESTRUTURA Leilão definiu o consórcio vencedor na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com oferta de R\$ 56,2 milhões

Grupo de empresas chinesas irá concluir ponte Salvador-Ilha de Itaparica em 5 anos

Uendel Galzer / Ag. A TARDE



Equipamento, com 12,3 km de extensão, integra o Sistema Viário do Oeste

DA REDAÇÃO

O leilão para construção da ponte Salvador-Ilha de Itaparica definiu o Consórcio Ponte Salvador Itaparica, integrado por três empresas chinesas, como o vencedor, ontem, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. O grupo representado pelo Santander Consórcio venceu com oferta de R\$ 56,2 milhões.

Formado pelas empresas China Railway 20 Bureau Group Corporation – CR20; CCC South America Regional Company S.A.R.L. – CCC SOUTH AMERICA e China Communications Construction Company Limited – CCC CLTD, o consórcio terá um ano para elaborar o projeto e outros quatro para construir o equipamento. A gestão e administração da ponte terá duração de 30 anos.

O investimento será de R\$ 6 bilhões e o aporte do Estado será de R\$ 1,5 bilhão. A previsão é que sejam gerados sete mil empregos durante a obra na ponte que será a segunda maior da América Latina. A licitação foi acompanhada pelo governador Rui Costa, pelo vice-governador João Leão e pelos secretários de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti e da Casa Civil, Bruno Dauster.

A ponte, com 12,3 km de extensão, está incluída no Sistema Viário do Oeste, que também contempla a implantação dos acessos ao equipamento em Salvador, por túneis e viadutos, e em Vera Cruz, com a ligação à BA-001, junto com uma nova rodovia expressa, e a interligação com a Ponte do Funil, que também será revitalizada. A ponte encerrará o tempo de deslocamento em cer-

ca de 100 km, beneficiando de imediato 250 municípios e 10 milhões de pessoas das regiões Oeste, Sudoeste, Sule e Extremo Sul.

Abrangência

"O maior projeto de infraestrutura realizado nos últimos anos no Brasil". Assim o governador Rui Costa classifica a construção da ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Segundo o chefe do Executivo estadual, o empreendimento vai desenvolver a economia de importantes regiões da Bahia.

"São cinco anos: um ano para mobilização do projeto executivo e quatro anos de obras. A Bahia começa a reordenar a sua economia e seu desenvolvimento na região do Baixo Sul, no Recôncavo, e com isso nós vamos elevar o índice de desenvolvimento, renda e empregabilidade", declarou.

Questionado pela imprensa sobre o montante direcionado ao empreendimento, o governador da Bahia explicou que o investimento de R\$ 1,5 bilhão será restituído por meio da cobrança em pedágio.

O Consórcio Ponte Salvador Itaparica, vencedor da licitação para construir o equipamento, será o responsável pela obtenção das licenças ambientais que permitirão a construção da estrutura.

Ao Portal A TARDE, a Secretária de Infraestrutura da Bahia (Seinfra) informou que a Seplan (Planejamento) apresentou ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) um estudo de impacto ambiental e solicitou a licença prévia, que foi expedida em junho de

Tempo de deslocamento será em 100 km, beneficiando de imediato 250 municípios

Investimento será de R\$ 6 bilhões e o aporte do Estado R\$ 1,5 bi

2016. "Caberá ao consórcio vencedor, durante o primeiro ano da elaboração do projeto de construção da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, obter a licença ambiental de implantação e, para isso, terá que seguir as recomendações impostas pelo Governo do Estado por meio do Inema", explicou a Seinfra, em nota.

Durante entrevista concedida logo após o leilão realizado na Bolsa de Valores (B3), o governador Rui Costa disse que a implantação da ponte está em consonância com a legislação dos municípios envolvidos no projeto. "Estamos trabalhando com o PDDU [Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano] dos municípios do outro lado, foi discutido com as câ-

maras municipais. Além do projeto da ponte, há todo um projeto de investimento em água e esgoto e de preservação do meio ambiente".

Licenças ambientais

Procurado pela reportagem, o secretário de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Sérgio Guanabara, afirmou que o município precisa ter conhecimento de uma variedade de estudos para que possa emitir os licenciamentos necessários. "Relatório de impacto do tráfego, do impacto de vizinhança, licenciamento ambiental. Um equipamento como esse tem diversas interferências em nossa cidade. São estudos que, de fato, vão balizar a posição do município em relação à ponte", esclareceu.

Guanabara explicou que, além do estudo de impacto ambiental, há expectativa ainda em relação aos reflexos no trânsito. "Imagine todo um fluxo de veículos que vai entrar e sair da cidade, isso mudará completamente o perfil de mobilidade da região".

O titular da Sedur relatou que o município ainda não tem conhecimento aprofundado do projeto. A única conversa entre as duas esferas administrativas ocorreu no começo deste ano de 2019, quando Bruno Dauster, secretário estadual da Casa Civil, esteve na pasta municipal de mesmo nome. No entanto, Guanabara pondera: "apresentou um projeto base, uma coisa bem superficial".

Prefeituras acreditam em melhorias



Projeto contempla acessos ao equipamento na capital, Vera Cruz e Ponte do Funil

onde vivem. Nosso plano é que haja o menor impacto social possível no traçado dessa via".

Também o setor comercial demonstra otimismo. De acordo com o diretor do Conselho Fiscal da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) da ilha de Itaparica, Adrian Araújo, há previsão de investimentos em infraestrutura nos setores essenciais para o município, o comércio se expanda com o estabelecimento de grandes empresas que ofereçam empregos. "A gente vem esperando há muitos anos esse olhar para a ilha de Itaparica. A gente espera, agora, ter uma sustentabilidade comercial para conseguir manter o nosso setor ativo o ano inteiro e não apenas em épocas sazonais".

A prefeita de Itaparica, Marylida Barbuda Marlylida Barbuda (PDT-BA), comemora o resultado. "É uma obra que vai mudar a vida de milhares de baianos, mas para nós será ainda mais impactante. Itaparica será um grande vetor de desenvolvimento com esse equipamento. Nossa ideia é atuar para que o nosso comércio e toda rede de serviços do setor privado estejam prontos para aproveitar esse momento de transformação. Estaremos de olho em especial na previsão dos sete mil empregos".

SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA À FEDERAÇÃO NACIONAL DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES - FHNHRS
destinadas às entidades integrantes das regiões do Nordeste e São Paulo do Brasil, para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 20 de dezembro de 2019, às 10:00 horas, no local a seguir informado: (BA) - Bairo Centro, Salvador, na Rua de Jesus, nº 100, sala 101, 1º andar, CEP: 41010-000, sob o patrocínio do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Hospedagem e Alimentação de Vera Cruz, Itaparica, Nazaré e Santo Antônio de Jesus; (2) Formação do Conselho de Negociação Coletiva, com poderes para celebração de convenção, coletiva de trabalho e plano de trabalho; (3) Resolução de questões de ordem; (4) Outros assuntos de interesse dos associados; (5) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (6) Outros assuntos de interesse dos associados. Brasília-DF, 14 de dezembro de 2019. Alexandre Sampaio de Abreu - Presidente da FHNHRS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CNPJ nº 13.646.005/001-38
AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONVITE INTERNACIONAL Nº 001/2019

Comunicamos aos interessados a RETIFICAÇÃO do Aviso de Abertura publicado no dia 12/12/2019, DOEM - Edição 2.421 - Ano 11, página 31, referente ao CONVITE INTERNACIONAL Nº 001/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIO-AMBIENTAL E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, VINCULADAS AO PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA, AMBIENTAL E PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BA COM RECURSOS DO CAF - CORPORAÇÃO ANÍMADA DE FOMENTO. Onde se lê: O Município de Alagoinhas, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia 20 de Dezembro de 2019, às 10:00 horas (sessão de abertura), Leia-se: O Município de Alagoinhas, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia 20 de Dezembro de 2019, às 09:00 horas (sessão de abertura), Onde se lê: Alagoinhas-Ba, 12/12/2019. Lorena Maria Dantas Prado - Pregoeira Oficial, Leia-se: Alagoinhas-Ba, 12/12/2019. Lorena Maria Dantas Prado - Vice-Presidente da COPEL. Maiores informações pelo tel. (0xx75) 3422-6907. Alagoinhas/BA, 13/12/2019. Lorena Maria Dantas Prado - Vice-Presidente da COPEL.

MÁRCIO WALTER MACHADO

Para o prefeito do Município de Vera Cruz, Marcus Vinicius Marques (MDB-BA), a construção da ponte e de outras obras decorrentes do empreendimento, como construção de via expressa e duplicação da BA 001 na ilha de Itaparica, terá impactos positivos sobre a região. No entanto, Marques sinaliza que se não houver investimentos por parte do governo, os impactos locais podem ser muito negativos.

O gestor do Executivo de Vera Cruz, que na manhã de ontem participou do leilão em São Paulo, disse que vê o empreendimento como uma oportunidade para seu

município através da capacitação da mão-de-obra local, expansão e melhoria nos setores de saúde, educação e segurança pública.

"Se não houver o planejamento ou acompanhamento e o investimento do governo do estado, pode haver aspectos negativos, pois Vera Cruz seria um município só de passagem. O que a prefeitura quer é ser destino através do investimento em infraestrutura, na ampliação do sistema de saúde e segurança pública, para acolher e atender a população cuja expectativa de crescimento é seis vezes em relação aos números atuais".

Quanto à questão do impacto ambiental, o prefeito afirmou que será criado um

fundo de compensação por meio de Termos de Ajuste de Conduta (TAC), que será acompanhado pelo Ministério Público (MP). "A questão ambiental é das mais importantes, porque será construída uma via em áreas que não têm vias e onde a mata permanece virgem. Assim, verificaremos nascentes, mananciais, etc.", pontou.

Impacto social

Além disso, o prefeito de Vera Cruz ressaltou a questão do impacto social e defendeu que este seja mínimo. "A gente não pode fazer uma via expressa que reloque muito as famílias, porque por mais que se construam vilas e casas, as pessoas têm uma identidade com o local